



Período: **Primeira Quinzena de Junho /2012**

## **13/06/12 - Comunicado DA 45/2012**

*Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/07/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.*

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 13/06/2012, o Comunicado DA 45, de 12/06/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/07/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF-31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/07/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 45/2012, clique [aqui](#).

## **12/06/12 – Resolução SMA nº 40, de 05 de junho de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.**

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 06 de junho de 2012, a Resolução SMA nº 40, de 05 de junho do mesmo ano, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, dispõe sobre fiscalização, transporte, armazenamento, distribuição e comércio de carvão vegetal no Estado de São Paulo.

De acordo com esta norma, está proibido o transporte e o armazenamento de carvão vegetal destinado à cocção de alimentos, desacompanhado do respectivo Documento de Origem Florestal – DOF, quando oriundo de florestas de espécies nativas.

O carvão vegetal obtido com madeira oriunda de reflorestamento, o transporte ou armazenamento da mercadoria deve ser acompanhado do comprovante do cadastro no sistema eletrônico de controle da Reposição Florestal.

Ao produtor, ao transportador, ao empacotador ou distribuidor, bem como ao comerciante que exercer a atividade atacadista e/ou varejista do produto, obriga-se a comprovar a origem do carvão vegetal que estiver sob sua posse no momento da fiscalização.

A inobservância desta resolução sujeitará o infrator à pena de detenção prevista no artigo 46 da Lei Federal nº 9.605/1998, com as qualificadoras estabelecidas no art. 53 da referida norma, e à multa estipulada nos artigos 46 e 47 da Resolução SMA nº 32/2010.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos jurídicos após o prazo de 30 (trinta) dias, para que sejam realizados os ajustes e definições dos mecanismos que se fizerem necessários.

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 40, de 05 de junho de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, [clique aqui](#).

---

## 11/06/12 – Atos COTEPE/ICMS nº 18, 20, 21, 22 e 29, de 2012 -

*Dispõe sobre aprovação de manual de orientações ao contribuinte do CT-e, promove alterações no Manual de Orientação do Sistema de Autenticação e Transmissão do Cupom Fiscal eletrônico – CF-e, e disponibiliza nova versão do Guia Prático da EFD – versão 2.0.9.*

Foram publicados em 08 de junho do corrente ano os Atos COTEPE ICMS nºs 18, 20, 21, 22 e 29, de 2012, que dispõem sobre uma série de disposições e alterações relativas ao Conhecimento de Transporte eletrônico, CT-e, Cupom Fiscal eletrônico – SAT e nova versão do Guia Prático da EFD – versão 2.0.9, os quais seguem pormenorizados abaixo:

O Ato COTEPE/ICMS nº 18, de 30 de maio de 2012 (DOU 08/06/2012) aprova o Manual de Orientações do Contribuinte – CT-e, versão 1.0.4c, que estabelece as especificações técnicas do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e e dos Pedidos de Concessão de Uso, Cancelamento, Inutilização e Consulta WebServices a cadastro a que se refere o Ajuste SINIEF 09/07, de 25/10/2007.

Além disso, referido Ato COTEPE ICMS 18 aprova o Manual de Orientações do Contribuinte DACTE, versão 1.0.0b, que estabelece as especificações técnicas do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico, igualmente aprovado pelo Ajuste SINIEF 09/07, disponível no endereço eletrônico [www.fazenda.sp.gov.br/confaz](http://www.fazenda.sp.gov.br/confaz), sob a seguinte identificação: Manual\_Orientacao\_SAT\_v\_MO\_2\_1\_4.pdf

Fica revogado o art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 02/12 e, a partir de 1º/09/2012, o seu artigo 2º, já que, as especificações técnicas estabelecidas pelo Manual de Orientação do Contribuinte DACTE versão 1.0.0a poderão ser utilizadas até 31/08/2012.

Os Atos COTEPE/ICMS nº 20 e 21 alteram o Ato COTEPE/ICMS 32/11, que dispõe sobre o Manual de Orientação do Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico ou SAT, estabelecendo a disciplina geral e as especificações técnicas básicas para o funcionamento

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



do programa, conforme previsão contida no §4º da cláusula segunda e no § 2º da cláusula quarta e sexta do Ajuste SINIEF 11/10, de 24/09/2010.

O Ato COTEPE/ICMS 22, de 30 de maio de 2012 (DOU 08/06/2012), dispõe sobre o registro do modelo de equipamento Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico ou simplesmente SAT, e do software de autenticação e transmissão do CF-e SAT, que se encontra disponível no endereço eletrônico [www.fazenda.sp.gov.br/confaz](http://www.fazenda.sp.gov.br/confaz), sob a identificação: Manual\_Registro\_Equipamento \_SAT\_v\_RM\_1\_1\_7.pdf

Por fim, o Ato COTEPE/ICMS nº 29, dirigido aos contribuintes obrigados a adoção da Escrituração Fiscal Digital do ICMS/IPI – EFD, que deverão observar as novas orientações constantes do Guia Prático da EFD – versão 2.0.9, disponível no Portal Nacional do SPED.

O ATO COTEPE/ICMS 29 dispõe especificamente sobre a nova versão do leiaute da EFD, a tabela de Códigos de Ajuste da Apuração do ICMS, o nível hierárquico dos registros D195 (Observações do lançamento) e D197 (outras obrigações tributárias, ajustes e informações de valores provenientes do documento fiscal), o número de ocorrências do registro 1391 (Produção diária da usina) e obrigatoriedade de registro do bloco D (Documentos fiscais).

Para acessar o inteiro teor dos Atos COTEPE/ICMS nº 18, 20, 21, 22 e 29, de 2012, [clique aqui](#).

---

## 06/06/12 – Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012 -

*Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.*

Publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2012, o Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho do mesmo ano, regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

De acordo com o presente regulamento, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto. A adoção de tais critérios e práticas deverá ser justificada nos autos, preservar o caráter competitivo do certame e serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.



A CISAP poderá propor à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o estabelecimento de outras formas de veiculação dos critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações.

Constituem diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- (i) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- (ii) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- (iii) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- (iv) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- (v) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- (vi) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- (vii) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto. O Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

## **06/06/12 - Portaria nº 9, de 5 de junho de 2012, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.**

Publicada no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2012, a Portaria nº 9, de 5 de junho do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, institui a Política de Segurança da Informação, Informática e Comunicações (Posic) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Esta Portaria dispõe que a segurança da informação busca reduzir os riscos de vazamentos, fraudes, erros, uso indevido, sabotagens, paralisações, roubo de informações ou qualquer outra ameaça que possa prejudicar os sistemas de informação, os recursos de processamento da informação ou os equipamentos de uma organização.

Constituem princípios da segurança da informação:

- 1) a disponibilidade: propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável por uma pessoa física, sistema, órgão ou entidade;
- 2) a confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados ou credenciados;

3) a integridade: propriedade de que a informação não esteja modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

4) a autenticidade: propriedade de que a informação seja produzida, expedida, modificada ou destruída por pessoa física, sistema, órgão ou entidade;

5) a confiabilidade: requer que os meios, nos quais a informação trafega e é armazenada, sejam preparados para promover e garantir eficientemente a recuperação dessa informação caso haja insucesso de mudança ou evento inesperado, com observância dos demais princípios de segurança;

6) a responsabilidade: propriedade de que todo ativo possua um responsável que garanta sua correta utilização, além de monitorá-lo de maneira que o uso indevido seja reportado e as ações cabíveis tomadas.

As diretrizes de segurança da informação estabelecidas nesta Política aplicam-se às informações armazenadas, acessadas, produzidas e transmitidas pelo Ibama, e que devem ser seguidas pelos agentes públicos da instituição e por todos os usuários que tenham acesso às informações da Instituição, incumbindo a todos a responsabilidade e o comprometimento com sua aplicação.

Esta Política será difundida a todos os agentes públicos e cidadãos com interesse nos serviços prestados pelo Ibama através de um processo permanente de conscientização em Segurança da Informação.

O cidadão, como principal cliente da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações da Administração Pública Federal direta e indireta, poderá apresentar sugestões de melhorias ou denúncias de quebra de segurança que deverão ser averiguadas pelas autoridades.

A não observância dos preceitos desta política implicará na aplicação de sanções administrativas, cíveis e penais previstas no Estatuto do Servidor Público Federal (Lei nº 8.112/1990), no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940, com as alterações da Lei nº 9.983/2000 e do Decreto nº 2.910/1998), no Código Civil (Lei nº 10.406/2002) ou na legislação que regule ou venha regular a matéria.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Portaria, no link abaixo.

A Portaria IBAMA nº 9, de 05 de junho de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria IBAMA nº 23/2007.

---

**04/06/12 - Decreto nº 7.742, de 30 de maio de 2012 -**

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011; altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta dispositivos da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da TIPI.*

Foi republicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2012 o Decreto nº 7.742, publicado originalmente em 31 de maio de 2012, que promoveu uma série de alterações nas alíquotas constantes da Tabela de Produtos Industrializados – TIPI, relativas aos extratos e sabores para fabricação de bebidas frias, e na legislação do PIS/Pasep e da COFINS, inclusive importação, aplicável ao setor de bebidas.

O Decreto nº 6.707/2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei no 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, passa a vigorar com as seguintes alterações:

O valor-base do preço de referência adotado por pessoa jurídica que industrializa ou importa produtos classificados nos códigos e posições 2106.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 2202.90.00, e 22.03, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, optante do regime especial de que trata o art. 25 do Decreto nº 6.707/08, expresso em reais por litro, pode ser definido mediante a aplicação de percentual específico para cada tipo de produto, conforme definido no Anexo IV, sobre o preço de referência calculado com base nos incisos I e II do § 1º do art. 24 ou a partir do preço de referência calculado na forma do inciso III do § 1º do art. 24 do referido decreto.

A nova redação dada ao Anexo III e inclusão do Anexo IV ao Decreto nº 6.707 de 2008, que trata da incidência do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI pelo Decreto nº 7.742 foi publicada em 31/05/2012 com incorreções.

Com a republicação na data de 04/06/2012, foram alterados valores constantes das tabelas divulgadas em sua publicação original, determinantes de valores de IPI e das Contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, que terão vigência a partir de 1º de outubro de 2012 e a partir da data de publicação em relação às reduções da alíquota do IPI para os produtos classificados nas posições 2202.90.00 Ex 02; 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02.

Permaneceram com a mesma redação os dispositivos que estabeleceram que a partir do ano de 2013, os valores da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI serão divulgados em tabelas constantes de ato específico do Ministro de Estado da Fazenda, que entrarão em vigor no dia 1º de outubro de cada ano e produzirão efeitos até 30 de setembro do ano subsequente. Essa disposição entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2012.





Além disso, com a republicação do Decreto nº 7.742/2012, foi excluído o dispositivo que havia alterado a Tabela de Incidência do IPI-TIPI, de forma a criar a Nota Complementar NC (21-3) no Capítulo 21 da TIPI.

Permaneceram inalteradas as revogações, a partir de 1º de outubro de 2012, das Notas Complementares NC (21-1) e NC (22-1) da TIPI, que determinam tributação específica em relação aos extratos concentrados para elaboração de refrigerantes, contendo suco de fruta ou extrato de sementes de guaraná, compreendidos nos “ex” 01 e 02 do código 2106.90.10, bem como dos produtos classificados na subposição 2105.00, conceituados como sorvetes de massa ou cremosos ou como sorvetes especiais.

Para acessar o seu inteiro teor do Decreto nº 7.742/2012, [clique aqui](#).

---

## **01/06/12 – Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 –**

*Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, alterada pela Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012.*

Publicadas no Diário Oficial da União em 28 de maio de 2012, a Lei Federal nº 12.651, com a redação dada pela Medida Provisória nº 571, ambas de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A legislação em apreço estabelece normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, atendidos os seguintes princípios:

- (i) reconhecimento das florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os habitantes do País;
- (ii) afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, da biodiversidade, do solo e dos recursos hídricos, e com a integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras; .
- (iii) reconhecimento da função estratégica da produção rural na recuperação e manutenção das florestas e demais formas de vegetação nativa, e do papel destas na sustentabilidade da produção



agropecuária;

- (iv) consagração do compromisso do País com o modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, que concilie o uso produtivo da terra e a contribuição de serviços coletivos das florestas e demais formas de vegetação nativa privadas;
- (v) ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, coordenada com a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Agrícola, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Política de Gestão de Florestas Públicas, a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional da Biodiversidade;
- (vi) responsabilidade comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;
- (vii) fomento à inovação para o uso sustentável, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; e
- (viii) criação e mobilização de incentivos jurídicos e econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa, e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Referida legislação dispõe, dentre outras disposições, principalmente sobre:

- (i) as Áreas e Preservação Permanente (APPs), sua delimitação e regime de proteção;
- (ii) as Áreas de Uso Restrito;
- (iii) a Área de Reserva Legal (RL), sua delimitação e regime de proteção;
- (iv) as Áreas Verdes Urbanas e seu regime de proteção;
- (v) a supressão de vegetação para uso alternativo do solo;
- (vi) institui e disciplina o Cadastro Ambiental Rural;
- (vii) a Exploração Florestal;
- (viii) o Controle da Origem dos Produtos Florestais;
- (ix) a Proibição do Uso de Fogo e do Controle dos Incêndios;
- (x) o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente;
- (xi) o Controle do Desmatamento;
- (xii) a Agricultura Familiar;
- (xiii) Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de posses e propriedades rurais;
- (xiv) Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente;
- (xv) Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal.

Salientamos que, de acordo com a legislação em referência:

- (i) a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX é autorizada a adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira;
- (ii) as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR e que comprovem sua regularidade nos termos desta Lei.



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A Medida Provisória nº 571/2012, retificada em 29/5/2012, está em tramitação junto ao Congresso Nacional, podendo sofrer alterações.

A Lei 12.651/2012 entra em vigor na data da sua publicação e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e suas alterações posteriores, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.651, com a redação dada pela Medida Provisória nº 571, ambas de 25 de maio de 2012, clique aqui.

## **13/06/12 - Comunicado DA 45/2012**

*Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/07/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.*

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 13/06/2012, o Comunicado DA 45, de 12/06/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/07/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF-31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/07/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 45/2012, clique aqui.

---

## **12/06/12 – Resolução SMA nº 40, de 05 de junho de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.**

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 06 de junho de 2012, a Resolução SMA nº 40, de 05 de junho do mesmo ano, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, dispõe sobre fiscalização, transporte, armazenamento, distribuição e comércio de carvão vegetal no Estado de São Paulo.

De acordo com esta norma, está proibido o transporte e o armazenamento de carvão vegetal destinado à cocção de alimentos, desacompanhado do respectivo Documento de Origem Florestal – DOF, quando oriundo de florestas de espécies nativas.

O carvão vegetal obtido com madeira oriunda de reflorestamento, o transporte ou armazenamento da mercadoria deve ser acompanhado do comprovante do cadastro no sistema eletrônico de controle da Reposição Florestal.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Ao produtor, ao transportador, ao empacotador ou distribuidor, bem como ao comerciante que exercer a atividade atacadista e/ou varejista do produto, obriga-se a comprovar a origem do carvão vegetal que estiver sob sua posse no momento da fiscalização.

A inobservância desta resolução sujeitará o infrator à pena de detenção prevista no artigo 46 da Lei Federal nº 9.605/1998, com as qualificadoras estabelecidas no art. 53 da referida norma, e à multa estipulada nos artigos 46 e 47 da Resolução SMA nº 32/2010.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos jurídicos após o prazo de 30 (trinta) dias, para que sejam realizados os ajustes e definições dos mecanismos que se fizerem necessários.

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 40, de 05 de junho de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, [clique aqui](#).

---

## 11/06/12 – Atos COTEPE/ICMS nº 18, 20, 21, 22 e 29, de 2012 -

*Dispõe sobre aprovação de manual de orientações ao contribuinte do CT-e, promove alterações no Manual de Orientação do Sistema de Autenticação e Transmissão do Cupom Fiscal eletrônico – CF-e, e disponibiliza nova versão do Guia Prático da EFD – versão 2.0.9.*

Foram publicados em 08 de junho do corrente ano os Atos COTEPE ICMS nºs 18, 20, 21, 22 e 29, de 2012, que dispõem sobre uma série de disposições e alterações relativas ao Conhecimento de Transporte eletrônico, CT-e, Cupom Fiscal eletrônico – SAT e nova versão do Guia Prático da EFD – versão 2.0.9, os quais seguem pormenorizados abaixo:

O Ato COTEPE/ICMS nº 18, de 30 de maio de 2012 (DOU 08/06/2012) aprova o Manual de Orientações do Contribuinte – CT-e, versão 1.0.4c, que estabelece as especificações técnicas do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e e dos Pedidos de Concessão de Uso, Cancelamento, Inutilização e Consulta WebServices a cadastro a que se refere o Ajuste SINIEF 09/07, de 25/10/2007.

Além disso, referido Ato COTEPE ICMS 18 aprova o Manual de Orientações do Contribuinte DACTE, versão 1.0.0b, que estabelece as especificações técnicas do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico, igualmente aprovado pelo Ajuste SINIEF 09/07, disponível no endereço eletrônico [www.fazenda.sp.gov.br/confaz](http://www.fazenda.sp.gov.br/confaz), sob a seguinte identificação: Manual\_Orientacao\_SAT\_v\_MO\_2\_1\_4.pdf

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Fica revogado o art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 02/12 e, a partir de 1º/09/2012, o seu artigo 2º, já que, as especificações técnicas estabelecidas pelo Manual de Orientação do Contribuinte DACTE versão 1.0.0a poderão ser utilizadas até 31/08/2012.

Os Atos COTEPE/ICMS nº 20 e 21 alteram o Ato COTEPE/ICMS 32/11, que dispõe sobre o Manual de Orientação do Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico ou SAT, estabelecendo a disciplina geral e as especificações técnicas básicas para o funcionamento do programa, conforme previsão contida no §4º da cláusula segunda e no § 2º da cláusula quarta e sexta do Ajuste SINIEF 11/10, de 24/09/2010.

O Ato COTEPE/ICMS 22, de 30 de maio de 2012 (DOU 08/06/2012), dispõe sobre o registro do modelo de equipamento Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico ou simplesmente SAT, e do software de autenticação e transmissão do CF-e SAT, que se encontra disponível no endereço eletrônico [www.fazenda.sp.gov.br/confaz](http://www.fazenda.sp.gov.br/confaz), sob a identificação: Manual\_Registro\_Equipamento \_SAT\_v\_RM\_1\_1\_7.pdf

Por fim, o Ato COTEPE/ICMS nº 29, dirigido aos contribuintes obrigados a adoção da Escrituração Fiscal Digital do ICMS/IPI – EFD, que deverão observar as novas orientações constantes do Guia Prático da EFD – versão 2.0.9, disponível no Portal Nacional do SPED.

O ATO COTEPE/ICMS 29 dispõe especificamente sobre a nova versão do leiaute da EFD, a tabela de Códigos de Ajuste da Apuração do ICMS, o nível hierárquico dos registros D195 (Observações do lançamento) e D197 (outras obrigações tributárias, ajustes e informações de valores provenientes do documento fiscal), o número de ocorrências do registro 1391 (Produção diária da usina) e obrigatoriedade de registro do bloco D (Documentos fiscais).

Para acessar o inteiro teor dos Atos COTEPE/ICMS nº 18, 20, 21, 22 e 29, de 2012, [clique aqui](#).

---

## **06/06/12 – Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012 -**

*Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.*

Publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2012, o Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho do mesmo ano, regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



De acordo com o presente regulamento, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto. A adoção de tais critérios e práticas deverá ser justificada nos autos, preservar o caráter competitivo do certame e serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

A CISAP poderá propor à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o estabelecimento de outras formas de veiculação dos critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações.

Constituem diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- (i) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- (ii) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- (iii) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- (iv) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- (v) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- (vi) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- (vii) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto. O Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

---

## **06/06/12 - Portaria nº 9, de 5 de junho de 2012, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.**

Publicada no Diário Oficial da União em 06 de junho de 2012, a Portaria nº 9, de 5 de junho do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, institui a Política de Segurança da Informação, Informática e Comunicações (Posic) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Esta Portaria dispõe que a segurança da informação busca reduzir os riscos de vazamentos, fraudes, erros, uso indevido, sabotagens, paralisações, roubo de informações ou qualquer outra



ameaça que possa prejudicar os sistemas de informação, os recursos de processamento da informação ou os equipamentos de uma organização.

Constituem princípios da segurança da informação:

- 1) a disponibilidade: propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável por uma pessoa física, sistema, órgão ou entidade;
- 2) a confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizados ou credenciados;
- 3) a integridade: propriedade de que a informação não esteja modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;
- 4) a autenticidade: propriedade de que a informação seja produzida, expedida, modificada ou destruída por pessoa física, sistema, órgão ou entidade;
- 5) a confiabilidade: requer que os meios, nos quais a informação trafega e é armazenada, sejam preparados para promover e garantir eficientemente a recuperação dessa informação caso haja insucesso de mudança ou evento inesperado, com observância dos demais princípios de segurança;
- 6) a responsabilidade: propriedade de que todo ativo possua um responsável que garanta sua correta utilização, além de monitorá-lo de maneira que o uso indevido seja reportado e as ações cabíveis tomadas.

As diretrizes de segurança da informação estabelecidas nesta Política aplicam-se às informações armazenadas, acessadas, produzidas e transmitidas pelo Ibama, e que devem ser seguidas pelos agentes públicos da instituição e por todos os usuários que tenham acesso às informações da Instituição, incumbindo a todos a responsabilidade e o comprometimento com sua aplicação.

Esta Política será difundida a todos os agentes públicos e cidadãos com interesse nos serviços prestados pelo Ibama através de um processo permanente de conscientização em Segurança da Informação.

O cidadão, como principal cliente da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações da Administração Pública Federal direta e indireta, poderá apresentar sugestões de melhorias ou denúncias de quebra de segurança que deverão ser averiguadas pelas autoridades.

A não observância dos preceitos desta política implicará na aplicação de sanções administrativas, cíveis e penais previstas no Estatuto do Servidor Público Federal (Lei nº 8.112/1990), no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940, com as alterações da Lei nº 9.983/2000 e do Decreto nº 2.910/1998), no Código Civil (Lei nº 10.406/2002) ou na legislação que regule ou venha regular a matéria.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Portaria, no link abaixo.

A Portaria IBAMA nº 9, de 05 de junho de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria IBAMA nº 23/2007.



## 04/06/12 - Decreto nº 7.742, de 30 de maio de 2012 -

*Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011; altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta dispositivos da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da TIPI.*

Foi republicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2012 o Decreto nº 7.742, publicado originalmente em 31 de maio de 2012, que promoveu uma série de alterações nas alíquotas constantes da Tabela de Produtos Industrializados – TIPI, relativas aos extratos e sabores para fabricação de bebidas frias, e na legislação do PIS/Pasep e da COFINS, inclusive importação, aplicável ao setor de bebidas.

O Decreto nº 6.707/2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei no 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, passa a vigorar com as seguintes alterações:

O valor-base do preço de referência adotado por pessoa jurídica que industrializa ou importa produtos classificados nos códigos e posições 2106.90.10 Ex 02, 22.01, 22.02, exceto os Ex 01 e Ex 02 do código 2202.90.00, e 22.03, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, optante do regime especial de que trata o art. 25 do Decreto nº 6.707/08, expresso em reais por litro, pode ser definido mediante a aplicação de percentual específico para cada tipo de produto, conforme definido no Anexo IV, sobre o preço de referência calculado com base nos incisos I e II do § 1º do art. 24 ou a partir do preço de referência calculado na forma do inciso III do § 1º do art. 24 do referido decreto.

A nova redação dada ao Anexo III e inclusão do Anexo IV ao Decreto nº 6.707 de 2008, que trata da incidência do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI pelo Decreto nº 7.742 foi publicada em 31/05/2012 com incorreções.

Com a republicação na data de 04/06/2012, foram alterados valores constantes das tabelas divulgadas em sua publicação original, determinantes de valores de IPI e das Contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS, que terão vigência a partir de 1º de outubro de 2012 e a partir da



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



data de publicação em relação às reduções da alíquota do IPI para os produtos classificados nas posições 2202.90.00 Ex 02; 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02.

Permaneceram com a mesma redação os dispositivos que estabeleceram que a partir do ano de 2013, os valores da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI serão divulgados em tabelas constantes de ato específico do Ministro de Estado da Fazenda, que entrarão em vigor no dia 1º de outubro de cada ano e produzirão efeitos até 30 de setembro do ano subsequente. Essa disposição entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2012.

Além disso, com a republicação do Decreto nº 7.742/2012, foi excluído o dispositivo que havia alterado a Tabela de Incidência do IPI-TIPI, de forma a criar a Nota Complementar NC (21-3) no Capítulo 21 da TIPI.

Permaneceram inalteradas as revogações, a partir de 1º de outubro de 2012, das Notas Complementares NC (21-1) e NC (22-1) da TIPI, que determinam tributação específica em relação aos extratos concentrados para elaboração de refrigerantes, contendo suco de fruta ou extrato de sementes de guaraná, compreendidos nos “ex” 01 e 02 do código 2106.90.10, bem como dos produtos classificados na subposição 2105.00, conceituados como sorvetes de massa ou cremosos ou como sorvetes especiais.

Para acessar o seu inteiro teor do Decreto nº 7.742/2012, [clique aqui](#).

---

## **01/06/12 – Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 –**

*Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, alterada pela Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012.*

Publicadas no Diário Oficial da União em 28 de maio de 2012, a Lei Federal nº 12.651, com a redação dada pela Medida Provisória nº 571, ambas de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.



A legislação em apreço estabelece normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, atendidos os seguintes princípios:

- (i) reconhecimento das florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os habitantes do País;
- (ii) afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, da biodiversidade, do solo e dos recursos hídricos, e com a integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras; .
- (iii) reconhecimento da função estratégica da produção rural na recuperação e manutenção das florestas e demais formas de vegetação nativa, e do papel destas na sustentabilidade da produção agropecuária;
- (iv) consagração do compromisso do País com o modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, que concilie o uso produtivo da terra e a contribuição de serviços coletivos das florestas e demais formas de vegetação nativa privadas;
- (v) ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, coordenada com a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Agrícola, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Política de Gestão de Florestas Públicas, a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional da Biodiversidade;
- (vi) responsabilidade comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;
- (vii) fomento à inovação para o uso sustentável, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; e
- (viii) criação e mobilização de incentivos jurídicos e econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa, e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Referida legislação dispõe, dentre outras disposições, principalmente sobre:

- (i) as Áreas e Preservação Permanente (APPs), sua delimitação e regime de proteção;
- (ii) as Áreas de Uso Restrito;
- (iii) a Área de Reserva Legal (RL), sua delimitação e regime de proteção;
- (iv) as Áreas Verdes Urbanas e seu regime de proteção;
- (v) a supressão de vegetação para uso alternativo do solo;
- (vi) institui e disciplina o Cadastro Ambiental Rural;
- (vii) a Exploração Florestal;
- (viii) o Controle da Origem dos Produtos Florestais;
- (ix) a Proibição do Uso de Fogo e do Controle dos Incêndios;
- (x) o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente;
- (xi) o Controle do Desmatamento;
- (xii) a Agricultura Familiar;
- (xiii) Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de posses e propriedades rurais;
- (xiv) Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente;
- (xv) Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**

---



Salientamos que, de acordo com a legislação em referência:

- (i) a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX é autorizada a adotar medidas de restrição às importações de bens de origem agropecuária ou florestal produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira;
- (ii) as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR e que comprovem sua regularidade nos termos desta Lei.

A Medida Provisória nº 571/2012, retificada em 29/5/2012, está em tramitação junto ao Congresso Nacional, podendo sofrer alterações.

A Lei 12.651/2012 entra em vigor na data da sua publicação e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e suas alterações posteriores, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.651, com a redação dada pela Medida Provisória nº 571, ambas de 25 de maio de 2012, clique aqui.